SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/010/2015 - Telesíntese

Governo limita gastos com celulares e outros serviços de telecom

O governo publicou nesta terça-feira, 13, decreto que estabelece medidas de racionalização do gasto público na administração federal. Entre elas, a que prevê redução de 20% na aquisição de bens e serviços e na utilização de telefones celulares.

Nos contratos de serviços vigentes, como o de telecomunicações, a meta é reduzir também em 20% por meio de renegociação. No caso dos celulares, tablets e modems, o uso será limitado aos ministros, aos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ao chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, aos ocupantes de cargos de Natureza Especial, aos dirigentes máximos de autarquias e fundações, aos ocupantes de cargos de comissão DAS (Direção e Assessoramento Superiores) de níveis 5, 6 e equivalentes, e, em casos excepcionais, devidamente justificados, a outros servidores, no interesse da administração pública federal.

Para todos os usuários, foi estabelecido um limite de gastos mensais: R$ 500 para os ministros, os ocupantes de cargos de natureza especial, os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; R$ 300, para os dirigentes máximos de autarquias e fundações e os ocupantes de cargos em comissão DAS 6; R$ 200, para ocupantes de cargos em comissão DAS 5 e R$ 150, para os demais usuários autorizados.

Os valores que excederem os limites estabelecidos, ressalvados casos excepcionais, devidamente justificados, deverão ser recolhidos pelos usuários aos cofres da União no prazo máximo de cinco dias úteis, contado da data de recebimento da fatura pelo usuário.

O decreto faz parte das medidas de redução de custos anunciadas pelo governo no início deste mês.

14/010/2015 - Telesíntese

Brasil é o sexto país em desenvolvimento com maior conectividade

Estudo da Huawei também mostra que investimento em data centers e nuvem ainda está baixo em comparação com os países desenvolvidos.

Segundo dados do relatório Global Connectivity Index 2015 (GCI, sigla em inglês para Índice Global de Conectividade), da Huawei, o Brasil se encontra em sexto lugar entre os países em desenvolvimento no quesito conectividade. O estudo fornece indicadores para analisar o impacto das TICs (tecnologias da informação e comunicação) na economia digital das nações.

Na América Latina, o Brasil está atrás apenas do Chile e em terceiro no bloco dos BRICS, depois da China e da Rússia. No ranking mundial, o Brasil está na 26° posição.

Já na categoria de penetração de banda larga móvel, o país se encontra na oitava colocação. Para a Huawei, a expectativa é que o Brasil avance nas próximas edições do GCI, devido ao Plano Nacional de Banda Larga, promovido pelo governo federal. Por outro lado, em relação à acessibilidade de banda larga, especialmente a móvel, o Brasil ocupa as últimas colocações, em 39ª posição mundial.

Data center e computação na nuvem

Outro dado da pesquisa mostra que o Brasil ultrapassou a maioria dos países em desenvolvimento na adoção de banda larga e data center, mas se mantém atrás dos desenvolvidos, onde o investimento nessa área é duas vezes maior. Segundo o estudo da Huawei, o número de servidores existentes nos países desenvolvidos é 2,5 vezes maior que no Brasil, enquanto os serviços de gestão de data centers tem o dobro de investimento.

O GCI também constatou que, apesar da ampla quantidade de fornecedores de computação em nuvem no Brasil, uma em cada cinco empresas da indústria tradicional migraram para o cloud computing no país.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/10/2015 - Instituto Telecom

Posse de Aníbal Diniz é marcada por recados da Anatel ao Minicom

A posse do novo conselheiro da Anatel, Aníbal Diniz, realizada nesta terça, dia 13, foi um momento em que o conselho diretor da agência fez questão de alertar o novo ministro André Figueiredo, presente à cerimônia, sobre a complexidade dos trabalhos que precisam ser desempenhados pela agência. Foram recados discretos e educados, mas que marcaram todos os discursos. O conselheiro da Anatel Igor de Freitas foi o primeiro a saudar a chegada do novo colega de colegiado. Freitas lembrou que na condição de consultor do Senado interagiu com o então senador Aníbal Diniz e disse acreditar que as "divergências serão bem vindas e engrandecerão o debate", ajudando a realizar as "transformações necessárias ao setor". Rodrigo Zerbone, em sequência, começou a sua manifestação dando as boas vindas ao ministro Figueiredo e lembrando que a Anatel é uma "ilha de excelência", colocando o corpo técnico da agência à disposição do novo ministério. Sobre Diniz, disse ter certeza que "sua experiência como homem público contribuirá e muito para (que a Anatel) supere os desafios".

Aníbal Diniz, em seu discurso, preferiu não se manifestar sobre questões setoriais específicas. Disse esperar que todas elas sejam analisadas ponderando os custos e benefícios para a sociedade e agradeceu à presidenta Dilma e ao ex-ministro das Comunicações Ricardo Berzoini pela indicação.

Mensagens

Coube ao presidente da Anatel, João Rezende, o discurso mais longo e mais detalhado sobre as tarefas da Anatel. Ele saudou a presença do ministro na Anatel pela primeira vez, lembrando que os dois já haviam se reunido na semana anterior. Lembrou do papel das telecomunicações no dia a dia das pessoas, dos volumes de investimentos realizados e da dimensão dos serviços, ressaltou os investimentos feitos pelas operadoras de telecomunicações na faixa de 700 MHz e na importância da transição digital para que se tenha banda larga móvel e uma televisão de melhor qualidade, anunciou os editais das sobras das faixas de 1,8 GHz, 1,9 GHz e 2,5 GHz para as próximas semanas (segundo ele o edital já está no conselho) e reiterou posições que já vinha manifestando, sobre a regulação dos serviços OTT (segundo Rezende, não cabe à agência interferir). Sobre a revisão do modelo, Rezende repetindo que o debate sobre as concessões é urgente e está em curso, que há um grupo de trabalho liderado pelo Minicom sobre uma revisão ampla do modelo e que espera que as propostas sejam enviadas ao Congresso. Lembrou ainda que o setor de telecomunicações é um setor que não pressiona a inflação e que isso se deve a uma política de fomento de competição e retirada das barreiras a novos competidores.

O ministro André Figueiredo o papel do governo e da Anatel é aproximar o Brasil distante dos grandes centros urbanos. "Trabalharemos constantemente em conjunto com o conselho, com o corpo técnico e com as empresas", disse ele. Disse que o minicom está à disposição para diálogos para construir uma politica de debates. "Seremos parceiros, e a Anatel é parte indispensável", disse.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/10/2015 - Observatório da Imprensa

O desmerecimento do valor do trabalho da mulher

No último dia 29 de agosto, a revista Veja publicou um texto intitulado "É realmente interessante para as mulheres ganhar o mesmo que os homens?" Devo admitir que não consigo ler a revista Veja de forma sistemática e com credibilidade desde antes da existência de sua edição digital. De lá para cá, devo colocar que a tal revista vem, aos poucos, construindo sua audiência através de um muro de preconceitos e chauvinismo.

Como professor universitário, nas áreas de linguística e comunicação, e ex-profissional de mídia, observo ser impossível levar a sério os argumentos colocados em tal artigo, um claro exemplo do que chamo de mau jornalismo. Existe ali a construção de um mundo ficcional cujo objetivo é instaurar uma ancoragem pseudocientífica ao machismo representado em uma de suas faces mais entristecedoras: o desmerecimento do valor do trabalho da mulher. Gostaria de me ater ao que o autor do texto identifica como sendo ações necessárias para a equiparação salarial entre os gêneros.

Impedir que tantas mulheres trabalhem com educação, recursos humanos ou pediatria. Segundo o autor, existe um excesso de profissionais nas referidas áreas, o que levaria a uma eminente queda no valor dos rendimentos. Naturalmente, algumas coisas parecem não ser levadas em conta, em especial no que tange a área de educação. Centrarei meus argumentos nela pois, entre as citadas, é dela que possuo mais proximidade. A questão da queda dos salários dos professores nas últimas décadas, em especial dos anos 60 para cá, não está ligada simplesmente a uma grande oferta de profissionais na área.

O problema está em uma desvalorização sistemática que o Estado tem dado a tal profissional e, consequentemente, à educação pública e de qualidade. Não falo apenas da queda de investimentos em infraestrutura, mas também da carga horária excessiva que os professores são expostos, dado o baixo ganho. Isso gera problemas no que tange à formação, uma vez que, esse mesmo professor, ao ter de trabalhar três períodos por dia, não tem tempo hábil para participar de programas de atualização. É importante também lembrar à revista que, no Brasil, a área de educação sempre, mesmo antes do crescimento em expressão dos movimentos feministas, teve um número superior de mulheres.

O que, naturalmente, também é resultado de uma cultura machista, que identifica a área como mais simples e mais fácil. Isso a identificaria diretamente com o feminino. Deixa-se, logicamente, as mais complexas (como engenharia) para o homem. No que tange aos salários, não podemos esquecer que a educação é uma das poucas áreas em que um professor e uma professora são contratos pelo mesmo valor mensal. A desvalorização da educação não tem gênero, mas tem um objetivo bem claro: elitizar o conhecimento.

Convencer ou obrigar as mulheres a optarem por trabalhos desagradáveis. Essa questão me tocou bastante. Imaginar que no Brasil, esse tipo de trabalho talvez seja mais bem pago que o de jornalista, por exemplo. O Brasil é um país notório por ainda trazer traços de servidão. Um lixeiro, em São Paulo, tem um salário entre R$ 800,00 e R$ 1.200,00, dependendo do turno, cidade e companhia em que trabalha. Talvez em outras culturas, nas quais o maior número de oportunidades em nível superior exista, o argumento seja válido. Mas infelizmente, não chegamos nem perto disso.

Convencer ou obrigar as mulheres a permanecer na carreira até a aposentadoria. Talvez esse seja o mais ultrajante dos argumentos. Não apenas pelo machismo que reflete, como também pela perspectiva em que se coloca. Pressupõe-se que parte significativa das famílias brasileiras, em especial as de classes menos favorecidas, possuem patrimônio e poupança capazes de "dispensar" a mulher de seu trabalho. Isso daria, logicamente, ao homem, o papel de provedor da família. Eu percebo em nossa sociedade um movimento totalmente oposto.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Cada vez mais a mulher se torna chefe de família no Brasil. Nos bairros mais pobres, é comum ver senhoras trabalhando até idade bem avançada para sustentar filhos e netos. Essas mesmas mulheres têm jornada dupla: trabalham durante o dia, cuidam da casa à noite. Ver a mulher exclusivamente como dona de casa e babá de filhos e netos é reduzir o potencial produtivo e intelectual feminino, humilhando-as. Se isso já não bastasse, não é cabível imaginar que alguém deva ganhar menos só porque eventualmente decida encerrar sua carreira mais cedo. Afinal, o serviço prestado no momento da contratação é o mesmo.

Por último, mas não menos importante, o valor do trabalho de alguém é algo que deve ser observado a partir das métricas comuns do mercado (como experiência profissional, formação, atualização etc.), e não a partir do gênero.

13/10/2015 - Instituto Telecom

Ministro das comunicações não quer mais leilão que só arrecada recursos para o tesouro nacional

Ministro das comunicações não quer mais leilão que só arrecada recursos para o tesouro nacional

O ministro das Comunicações, André Figueiredo, em sua segunda presença pública desde a posse, voltou a atacar a área econômica. Desta vez, se posicionou contrário a leilão de venda de frequência que só visa a arrecadar dinheiro para o setor, e não busca ampliar as metas de cobertura do serviço celular para o interior do país. " Precisamos ampliar o programa de banda larga para todas as classes sociais e reduzidos leilões arrecadatórios", afirmou André Figueiredo, durante a posse do novo conselheiro da Anatel, Aníbal Diniz. O último leilão da Anatel, da faixa de 700 MHz, teve poucas metas de cobertura porque a área econômica mandou que se recolhesse o máximo possível.

Para ele, será sempre uma "queda de braços" entre a área social e a área econômica do governo. Mas disse que não pode deixar de brigar para receber recursos que possam ser utilizados para ampliar o programa de banda larga e ampliar a internet para áreas que não são economicamente rentáveis.

Em novembro, a Anatel estará fazendo um novo leilão de venda de frequências, das faixas de 1,8 GHz, 1,9 GHze 2,5 GHz, e, conforme a consulta pública, não estipulou qualquer meta de cobertura, o que significa que irá querer arrecadar mais pela frequência. Embora a agência esteja negociando com o TCU – que dá a palavra final sobre o cálculo do espectro – para que fossem usados critérios mais leves, de maneira a possibilitar que as pequenas e médias empresas de telecomunicações e provedores de internet pudessem também comprar essas faixas licenciadas.

Hoje em seu discurso de balanço das atividades a agência, o presidente João Rezende, descartou a inclusão da faixa de 3,5 GHz nesse leilão.

Programa Banda Larga vai ser Lançado

Figueiredo afirmou que a minuta de decreto presidencial sobre a ampliação do Programa Nacional de Banda Larga para Todos, que já estava no Palácio do Planalto para ser assinada, voltou para o Ministério das Comunicações, como é praxe no governo, já que houve troca de comando. Mas ele assegurou que o programa será lançado ainda este ano, para começar a ser tocado a partir do próximo ano.

"A presidente Dilma lançou o maior desafio de levar a banda larga para 70% dos brasileiros e isso será feito", disse ele. Segundo o ministro, essa é prioridade principal de sua pasta, além dos desafios iniciais, anunciados quando tomou posse, de resolver a questão da migração das rádios AM e FM e do cronograma da TV digital.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

13/10/2015 - FNDC

Mídia brasileira é controlada por apenas 11 famílias

Em Uberlândia, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação defende projeto popular para reduzir essa concentração e promover o direito à comunicação

Apenas 11 famílias controlam os principais meios de comunicação brasileiros. Além disso, 25% dos senadores e 10% dos deputados são donos de concessões de rádio e televisão. Esse quadro impõe restrições ao conteúdo transmitido, o qual expressa somente a vontade dos detentores das concessões de emissoras, deixando de lado os interesses da população.

Esse panorama foi apresentado pela secretária geral do Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Florence Poznanski. Ela participou da audiência pública da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizada na noite desta terça-feira (8/9/15) em Uberlândia (Triângulo Mineiro). A reunião foi solicitada pelo deputado Professor Neivaldo (PT).

Para se contrapor a esse cenário, o FNDC, formado por mais de 300 entidades (universidades, escolas, ONGs, etc), desenvolve iniciativas no sentido de ampliar a participação da sociedade civil na mídia, conforme explicou Florence Poznanski.

O fórum está lutando para obter 1,5 milhão de assinaturas de modo que comece a tramitar na Câmara dos Deputados um projeto de lei de iniciativa popular (PLIP) que propõe a regulamentação da mídia no País. "Mais liberdade, mais diversidade, mais pluralidade: esses são os objetivos contidos na Lei da Mídia Democrática", afirmou. Ela acrescentou que o fórum está incentivando a criação de comitês municipais de apoio à iniciativa.

Tratando do atual modelo brasileiro de concessões de emissoras de rádio e TV, Florence Poznanski mostrou um video no qual se faz a comparação do quadro nacional com o de outras nações. Assim como nos Estados Unidos, o Brasil concedeu quase 100% de seus canais de rádio e TV à iniciativa privada. Só que naquele país, há algumas regras que impedem que um único grupo seja detentor de emissoras de rádio, TV e jornais no mesmo mercado, enquanto no Brasil a liberdade é total para os empresários da comunicação, segundo a expositora. Segundo ela, outros países apresentam sistemas mais bem distribuídos, como Alemanha, França e Inglaterra, nos quais o percentual de emissoras públicas chega a cerca de 40% do total.

Florence Poznanski, que também é cientista social, destacou ainda que, para completar o quadro de exclusão da imensa maioria de brasileiros de acesso aos meios de comunicação, dos cerca de 20 mil pedidos de rádios comunitárias feitos ao Governo Federal, 7,5 mil foram arquivados, 3,5 mil foram negados e somente 3,5 mil foram atendidos, e o restante de pedidos está pendente. Além disso, completou a dirigente, outras 3.700 rádios foram fechadas.

Informação livre resultaria em melhores decisões

O deputado Professor Neivaldo acrescentou que, no caso da TV, cinco redes dominam o mercado nacional: Globo, SBT, Bandeirantes, Record e Rede TV!. "A Rede Globo esteve envolvida no golpe de 1964 e na ditadura militar, e se intromete em qualquer processo político. Quem perde com com esse poder excessivo somos nós. Todos deveriam ter acesso ao direito básico à informação de qualidade", defendeu.

Leia mais em:
http://fndc.org.br/noticias/midia-brasileira-e-controlada--por-apenas-11-familias-924625/

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/10/2015 - Vermelho

Estratificação social e base tributária: Quem paga mais imposto?

Estratificação, em Sociologia, é o processo de diferenciação das diversas camadas sociais que compõem uma sociedade, agrupadas a partir de suas relações e dos valores culturais, o que vem a constituir sua separação em classes, estados ou castas. É também a operação que, em uma sondagem estatística, consiste em distribuir previamente por estratos determinado conjunto que se quer estudar.

Estratificação social e base tributária: Quem paga mais imposto?Estratificação social e base tributária: Quem paga mais imposto? Tenho achado o conceito de castas mais útil para entender a estratificação social brasileira. Ele é mais abrangente do que classe, segmentando os vários tipos de grupos funcionais, desde os burocratas e sacerdotes até os capitalistas e trabalhadores. Quem fica de fora? O pária – ele é o indiano não pertencente a qualquer casta, considerado impuro e desprezível pela tradição cultural hinduísta. Casta inclui a perspectiva cultural, além dos interesses econômicos.

As castas constituem-se por membros de diversas redes e instituições de poder, cada uma apresentando sua própria cultura e incentivando determinado estilo de vida. Elas tendem a dar a seus integrantes determinadas atitudes para com a autoridade, a organização e a política. Permitem ilustrar melhor a complexidade social de toda a História da Humanidade do que o simplista modelo dicotômico – tipo "nós" (pobres) contra "eles" (ricos) – do século 19.

Como eu resumo, em números, a estratificação social no Brasil? Em uma população economicamente ativa em torno de 100 milhões de pessoas, 9 milhões aplicam no mercado financeiro e recebem também renda do capital. É o mesmo número de pessoas (8.979.706) que tem formação universitária completa.

Além dessas, 451.209 pessoas têm mestrado e 170.247 têm doutorado. Pelos cálculos da OCDE, um adulto com idade entre 25 e 64 anos que termina o ensino superior, no Brasil, receberá em média 157% mais renda do que quem só terminou o ensino médio. Essa média nos países da OCDE é de 57%.

Nos últimos 13 anos, a taxa de juros média real foi de 6,6% aa, cinco vezes maior do que o aumento anual do salário médio real, isto é, da renda do trabalho (1,3% aa). Reconhecendo esta dependência de trajetória em relação ao juro real médio de 0,5% am, os profissionais com ensino superior estabelecem sua estratégia de complementar a Previdência Social. Com investimento perseverante de 20% de sua renda mensal, em 360 meses (30 anos) eles já obtêm renda do capital equivalente à renda do trabalho.

Se, a cada 10 anos, ele muda de faixa salarial (graduado com R$ 5.000, mestre com R$ 10.000 e doutor com R$ 15.000), devido à titulação (mestrado-doutorado) ou à experiência, fazendo aporte inicial com o acumulado na faixa anterior, com mais 18 anos ele terá acumulado o suficiente para poder se aposentar com renda do capital similar à renda de trabalho dessa última faixa salarial.

Essa classe média se distingue da maioria da população brasileira em investimentos financeiros. Em março de 2015, 8.940.787 pessoas (descontando dupla contagem de CPFs) investiam em fundos e títulos e valores mobiliários (ações, títulos públicos e privados). A média de cada qual era de R$ 79.299,53.

Enquanto isso, eram cerca de 98 milhões de depositantes de poupança com a média individual de R$ 6.690,33. Deles, 87,4% do total de clientes (cerca de 85 milhões) tinham depósitos em média per capita de apenas R$ 481,79, ou seja, a grande maioria das cadernetas de poupança tinha apenas uma espécie de saldo de conta corrente. Era forma de evitar o pagamento de tarifas bancárias.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/271350-2